

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCICIO 2025

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCICIO 2025 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S/A – CEASA-CE

Centrais de Abastecimento do Ceará S/A - CEASA/CE
Av. Dr. Mendel Steinbruch, S/N - Distrito Industrial I
CEP: 61939-210 - Maracanaú - CE - Fone: (85) 3299-1200



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 7461313 em 06/04/2026 da Empresa CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARA S A CEASA CE, CNPJ 07029051000195 e protocolo 260617156 - 27/03/2026. Autenticação: 22F77FDCB7D5457A458961D04FC7BEB46AF890. Edson Pereira Portela Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 26/061.715-6 e o código de segurança X00G Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/04/2026 por Edson Pereira Portela Neto Secretário-Geral.

EDSON PEREIRA PORTELA NETO
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 11/34

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S/A – CEASA CE.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em Reais)**

1. Informações gerais

Senhores Acionistas, Conselheiros e Diretores apresentamos as demonstrações contábeis da Centrais de Abastecimento do Ceará S/A – CEASA CE. relativo ao exercício de 2025, com observância às disposições estatutárias e em conformidade à Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

A CEASA/CE é responsável pela segurança alimentar e pelo abastecimento de todo o Estado do Ceará e parte dos estados do Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte. Reforçando sua linha de atuação, desenvolve esforços na direção do pequeno produtor rural, com objetivo definido de melhorar sua renda e qualidade de vida. Além disso, participa ativamente da capacitação do produtor na atividade de comercialização de hortigranjeiros com ênfase na padronização, classificação e embalagens de produtos, estimulando ainda o seu agrupamento em associações.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulamentações previstas na Lei 6.404/76 (“Lei das S/A”). As práticas contábeis no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Esse fato também exige que a administração da empresa exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das Demonstrações Contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados podem ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional") e estão sendo apresentadas em reais.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes permissionários, através da celebração do Termo de Permissão Remunerada de Uso - TPRU.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, consideradas no fim do exercício, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), que é calculada por montantes considerados suficientes para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. Para tanto, aplica-se os critérios de análise histórica dos recebimentos de títulos da empresa, de análise técnica pormenorizadas dos títulos e de análises de mercado.

2.6. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, são substancialmente de almoxarifado, composto de itens para o consumo na operação e na administração da Sociedade.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.

2.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.9. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributárias) são reconhecidas quando: a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação se o valor estiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações é provável.

2.10. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos sobre a renda, que são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas Leis Tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Sociedade atua e gera lucro tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.11. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança; é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

a) Provisões para riscos processuais

A Sociedade é parte em alguns processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 13. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa/Fundo Fixo	21.544	11.600
Bancos Conta Corrente	80.771	770.227
Aplicações financeiras	1.623.042	875.784
Aplicações Financeiras Conta Específica	-	114.462
	<u>1.725.357</u>	<u>1.772.072</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

O saldo de caixa refere-se a movimentações financeiras do dia 31 de dezembro de 2025, do recebimento em espécie, não depositado junto à instituição bancária, que não prestou atendimento ao público neste dia.

5. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes	3.900.431	4.154.497
(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa -PCLD	(2.065.167)	(2.105.716)
	<u>1.835.264</u>	<u>2.048.781</u>

5.1. Do total do contas a receber no valor de R\$3.900.431 (clientes), 52,95% estão na carteira PCLD – Perda de Créditos de Liquidação Duvidosa, 40,02% refere-se a carteira de adimplentes e 6,93% refere-se a inadimplentes do período de janeiro à dezembro/2025.

Clientes	%
3.900.431	100,00
2.065.168	52,95
1.561.007	40,02
270.361	6,93

5.2. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) / Perdas estimadas no recebimento de créditos.

Abertura por vencimento dos valores da PCLD 2025/2024:

Aging list	31/12/2025	31/12/2024	%
Títulos a vencer	-	54.154,20	-100,00%
Vencidos de 0 à 30 dias	1.844,67	7.371,30	- 74,97
Vencidos de 31 à 60 dias	1.999,85	7.142,03	- 72,00
Vencidos de 61 à 90 dias	1.384,86	5.273,81	- 73,74
Vencidos de 91 à 180 dias	8.584,04	24.440,66	- 64,88
Vencidos de 181 à 360 dias	45.373,84	58.470,74	- 22,40
Vencidos acima de 361 dias	2.005.980,49	1.948.860,07	2,93
TOTAL	2.065.167,75	2.105.712,81	- 1,93

Nota: A redução de 1,93% no saldo final da PCLD em 2025 frente a 2024 decorre da otimização do processo de cobrança, com recuperação efetiva de créditos anteriormente provisionados.

5.2.1 – Política contábil adotada

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), denominada na legislação contábil brasileira como "Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos", é constituída com observância ao CPC 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e ao CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A provisão é reconhecida quando atendidos cumulativamente os seguintes critérios:

- I. Existência de obrigação presente decorrente de evento passado (concessão do crédito);
- II. Saída provável de benefícios econômicos para liquidar a obrigação (probabilidade superior a 50% de não recebimento);
- III. Possibilidade de estimar confiavelmente o valor da perda.

5.2.2. Movimentação da provisão – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 E 2024:

Discriminação	2025	2024
Saldo Inicial	2.105.716	2.282.212
Constituições no Exercício	27.815	-
(-) Reversões de Provisões	68.364	176.496
Saldo Final	2.065.167	2.105.716

*Da carteira de 2024 foi recuperado o crédito no montante de R\$68.364 (valor original) equivalente a recuperação de créditos de 10 (dez) ex-permissionários.

5.2.3. Composição da PCLD:

Da PCLD de 2025 no montante de R\$2.065.167, 98,65% refere-se a débitos de exercícios anteriores de ex-permissionários e 1,35% refere-se a débitos do exercício de 2025.

Discriminação	PCLD	Qtde. Processo
PCLD de exercicios anteriores	2.037.352	116
PCLD do exercicio 2025	27.815	6
Total (R\$)	2.065.167	122

5.2.4. Composição dos processos em cobrança:

Discriminação	PCLD	Qtde. Processo
Em cobrança Judicial	1.272.774	15
Protestados	112.448	38
Processos em trâmite	679.945	69
Total (R\$)	2.065.167	122

Mediante critérios internos deste órgão, os processos com valores abaixo de R\$10.000,00 não são judicializados, esses, são negativados junto ao SERASA e Protestados;

Listagem dos processos judicializados até 31-dezembro-2025:

Nº	Valor(R\$)	Nº Processo
01	29.445	0203364-25.2022.8.06.0117
02	84.264	0007661-64.2019.8.06.0117
03	35.611	0014684-95.2018.8.06.0117
04	193.464	0014684-95.2018.8.06.0117
05	347.930	0014685-80.2018.8.06.0117
06	83.110	0014685-80.2018.8.06.0117
07	17.530	0050169-54.2021.8.06.0117
08	13.951	0007674-63.2019.8.06.0117
09	53.758	0014807-93.2018.8.06.0117
10	199.663	0007645-13.2019.8.06.0117
11	16.663	0007645-13.2019.8.06.0117
12	38.361	0007645-13.2019.8.06.0117
13	76.207	0014688-35.2018.8.06.0117
14	18.804	0014688-35.2018.8.06.0117
15	64.012	0007668-56.2019.8.06.0117
Total	1.272.774	

6. Créditos

CRÉDITOS	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a Fornecedores Diversos	4.206	4.206
Adiantamento de 13º salário	-	-
Adiantamento de Férias	14.267	19.273
Multas para Ressarcimento	1.569	-
Vale Transporte	2.079	3.309
Empréstimo de Férias	35.550	41.188
Juros e Encargos a Transcorrer(retficadora)	-	4.903
	57.671	63.073

¹ O valor de R\$4.206 refere-se a uma diferença entre fatura da ENEL do mês de abril/2023, em que foi fornecido uma fatura no valor de R\$24.836,66 enquanto que a fatura devida era de R\$20.630,69;

² Os créditos de adiantamento e empréstimos de férias e vale transporte são concedidos aos servidores da Ceasa-Ce, por força do ACT – Acordo coletivo de trabalho dos servidores da Ceasa-Ce;

³ Multas para ressarcimento no valor de R\$1.569, referentes a encargos financeiros pagos junto a retenção de INSS e multas de trânsito, que serão ressarcidas aos cofres da Ceasa-Ce através de desconto em folha (processos NUP 21022.001278/2025-82 , NUP 21022.001280/2025-51 e NUP 21022.000992/2025-53).

7. Impostos a Recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	6.422	10.860
Bancos - Retenções	1.998	28.595
PIS a recuperar	428	428
Cofins a recuperar	1.894	1.894
ISS a recuperar	12.670	16.230
	23.412	58.007

¹ refere-se a retenções na fonte dos permissionários BB S/A e Secretaria de Saúde e retenção de ISS s/fatura de serviços a receber da SEFIN Maracanaú, conforme processo nº 2025010714;

8. Investimentos

A movimentação dos investimentos está demonstrada abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos Mantidos ao Custo	42.916	42.916
	42.916	42.916

Refere-se a investimento mantido na empresa OI S.A.. A Sociedade não mantém influência significativa sobre este investimento, em função disso, mantém ao valor de custo.

9. Imobilizado

	31/12/2025		31/12/2024	
	valor	(-) depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Bens em operação				
Terrenos	363.273		363.273	363.273
Instalações	3.053.027	(2.691.992)	361.035	512.607
Veículos	219.241	(218.957)	283	3.683
Utensílios Copa e Cozinha	19.712	(9.644)	10.068	10.385
Máquinas, equip. e ferramentas	285.637	(154.958)	130.679	115.589
Móveis e utensílios	180.864	(110.675)	70.189	81.959
Aparelhos de Telecomunicações	70.421	(69.614)	807	1.027
Computadores e Periféricos	587.935	(477.140)	110.795	126.677
Edificações	10.284.507	(5.982.573)	4.301.934	4.686.519
Equipamentos e Sistema de Segurança	45.608	(25.516)	20.092	24.653
Veículos aéreos não tripulados	-	-	-	-
Obras em Andamento	-	-	-	-
Máq.e Equip.Gerador Elétrico,de Força e Dist. Energia	102.982	(49.774)	53.208	63.506
Aparelhos e Instrumentos de Pesagem	4.998	(1.999)	2.999	3.499
Equipamentos para Tratamento de Água e Afluentes	340.163	(100.940)	239.222	273.238
	15.558.368	(9.893.783)	5.664.585	6.266.615

9.1. Ativos em Operação referente aos exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024:

9.1.1. A variação dos ativos em operação deste órgão, conforme demonstrado na tabela acima demonstra redução do valor líquido total:

2025: R\$ 5.664.585

2024: R\$ 6.266.615

Com variação na redução de R\$602.030 (6,48%), decorrente do aumento na depreciação acumulada (de R\$9.216.045 para R\$9.893.783) x aquisições no exercício (- R\$75.708).

Os Principais contribuintes para a redução foram:

- a) Edificações: Queda de R\$384.585 no valor líquido (de R\$ 4.686.519 para R\$ 4.301.934), refletindo a depreciação contínua de imóveis.
- b) Instalações: Redução de R\$151.572 (de R\$512.607 para R\$361.035), associada ao desgaste operacional.

9.1.2. Itens com aumento no valor líquido:

Máquinas, equipamentos e ferramentas apresenta uma elevação de R\$15.090 (de R\$ 115.589 para R\$ 130.679), decorrente de aquisições no exercício.

A redução do patrimônio líquido dos ativos está diretamente vinculada ao processo natural de depreciação. A empresa mantém conformidade com as normas contábeis brasileiras (CPCs) e as exigências legais para sociedades de economia mista estadual, garantindo transparência na gestão de seu patrimônio.

10. Fornecedores

Composto por fornecedores nacionais, substancialmente para manutenção do funcionamento e operações das instalações da Sociedade.

11. Obrigações fiscais

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a recolher	100.539	106.876
ISS a recolher	72.985	24.098
Pis e Cofins a recolher	161.532	259.360
Contribuições retidas	94.175	94.175
IRPJ e CSLL a recolher	536	110.142
	<u>429.767</u>	<u>594.652</u>

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
INSS a recolher	149.855	171.594
FGTS a recolher	61.211	50.831
INSS a recolher retenções	150.731	24.476
Remuneração Conselho	18.755	3.866
Rescisões a Pagar	5.687	5.687
Pensões a Pagar	3.649	3.426
Pessoal Cedido a Pagar	33.597	67.149
	<u>423.483</u>	<u>327.029</u>

13. Convênios

Os recursos constantes desta rubrica refere-se à obrigação relativa ao Convênio celebrado pelo Termo de Cooperação Técnica nº 001/2018 – SDA, para realizar ações de estruturação e manutenção física e tecnológica. O Objeto foi concluído em 2025 e encerrado o convênio, mediante prestação de contas junto a SDA-Secretaria de Desenvolvimento Agrário, através do sistema e-parceria.

14. Provisões Cíveis e Trabalhistas

A Sociedade é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas que se encontram aguardando julgamento em diversas instancias. As provisões servem para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, e estabelecidas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores e nas normas específicas. As ações que foram prognosticadas como prováveis perdas para a Sociedade estão provisionadas.

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	-	-
Trabalhistas	148.784	143.784
	<u>148.784</u>	<u>143.784</u>

A Sociedade possui ações de natureza cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela administração e por seus advogados e consultores legais como possível no montante de R\$ 1.664.264,17.

Segue abaixo o detalhamento das causas com prognóstico de perda “provável”:

PROCESSOS	AUTOR		PROBABILIDADE	SITUAÇÃO	VALOR PROVÁVEL DE REALIZAÇÃO
0050066-21.2020.8.06.0137	FRANCISCO WELLINTON RODRIGUES	CÍVEL	PROVÁVEL	CEASA/CE FOI CONDENADA A PAGAR R\$5.000,00. CEASA ENTROU COM RECURSO DE APELAÇÃO. FASE DE RECURSO	5.000,00
0002084-86.2022.5.07.0032	ANTONIO LEANDRO BRAZ DE SOUSA	TRABALHISTA	PROVÁVEL	CEASA/CE FOI CONDENADA A PAGAR R\$38.432,73	38.640,13
0000055-29.2023.5.07.0032	SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE VIGILÂNCIA	TRABALHISTA	PROVÁVEL	EM FASE DE EXECUÇÃO. CEASA CONDENADA SUBSIDIARIAMENTE	5.000,00
0000257-69.2024.5.07.0032	FRANCISCO RAFAEL DA SILVA LOPES	CÍVEL	PROVÁVEL	CEASA CONDENADA	100.143,75
					R\$ 148.783,88

Segue abaixo o detalhamento das causas com prognóstico de perda “possível”:

PROCESSOS	AUTOR		PROBABILIDADE	SITUAÇÃO	VALOR PROVÁVEL DE REALIZAÇÃO
0000919-78.2019.5.07.0009	ANTONIO CESAR NOGUEIRA	TRABALHISTA	POSSÍVEL	CEASA/CE FOI CONDENADA. VR. DA CONDENACÃO: R\$1.620.118,71	700.000,00
0201003.29.2023.8.06.0043	JOSÉ GALDINO DO NASCIMENTO	CÍVEL	POSSÍVEL	JÁ CONDENADA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS	2.758,23
0057169-08.2021.8.06.0117	COPA ENGENHARIA	CÍVEL	POSSÍVEL	CEASA CONDENADA, GRAU DE RECURSO	57.972,14
0001057-94.2024.5.07.0033	SEACONCE	TRABALHISTA	POSSÍVEL	CEASA CONDENADA, EM GRAU DE RECURSO	10.000,00
0001736-07.2018.5.07.0033	SEACONCE	TRABALHISTA	POSSÍVEL	PROCESSO EM FASE DE RECURSO	300.000,00
0002110-91.2025.5.07.0028	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO	TRABALHISTA	POSSÍVEL	PROCESSO EM FASE INICIAL - AÇÃO CAUTELAR - SERCON	10.000,00
0002139-17.2025.5.07.0037	BERNARDO DO NASCIMENTO FERNANDES SANTANA	TRABALHISTA	POSSÍVEL	PROCESSO EM FASE INICIAL - AGUARDANDO AUDIÊNCIA	44.646,77
0002140-02.2025.5.07.0037	DAMIÃO SUELVIS DE SOUSA LIMA	TRABALHISTA	POSSÍVEL	PROCESSO EM FASE INICIAL - AGUARDANDO AUDIÊNCIA	33.221,72
0002142-69.2025.5.07.0037	JOSE CICERO BEZERRA	TRABALHISTA	POSSÍVEL	PROCESSO EM FASE INICIAL - AGUARDANDO AUDIÊNCIA	43.907,60
0002169-52.2025.5.07.0037	RAYSSA DE SOUSA SILVA	TRABALHISTA	POSSÍVEL	PROCESSO EM FASE INICIAL - AGUARDANDO AUDIÊNCIA	39.820,27
0002170-37.2025.5.07.0037	SHIRLEY DE LIMA SOUSA	TRABALHISTA	POSSÍVEL	PROCESSO EM FASE INICIAL - AGUARDANDO AUDIÊNCIA	40.206,75
0002171-22.2025.5.07.0037	MARIA DO SOCORRO DO NASCIMENTO VIEIRA	TRABALHISTA	POSSÍVEL	PROCESSO EM FASE INICIAL - AGUARDANDO AUDIÊNCIA	41.864,05
0002151-31.2025.5.07.0037	JESUS VIEIRA	TRABALHISTA	POSSÍVEL	PROCESSO EM FASE INICIAL - AGUARDANDO AUDIÊNCIA	44.689,03
0002153-98.2025.5.07.0037	FABIO MANOEL DE ALEXANDRIA MARTINS	TRABALHISTA	POSSÍVEL	PROCESSO EM FASE INICIAL - AGUARDANDO AUDIÊNCIA	44.463,27
0002149-61.2025.5.07.0037	AGNALDO AGOSTINHO FERREIRA	TRABALHISTA	POSSÍVEL	PROCESSO EM FASE INICIAL - AGUARDANDO AUDIÊNCIA	44.707,52
0002141-84.2025.5.07.0037	FERNANDA DO NASCIMENTO SOUSA	TRABALHISTA	POSSÍVEL	PROCESSO EM FASE INICIAL - CONCLUSO PARA SENTENÇA	42.340,73
0002167-82.2025.5.07.0037	ROBERTO CORREIA GRANGEIRO	TRABALHISTA	POSSÍVEL	PROCESSO EM FASE INICIAL - CONCLUSO PARA SENTENÇA	40.109,58
0002148-76.2025.5.07.0037	MANOEL BARBOSA DA COSTA	TRABALHISTA	POSSÍVEL	PROCESSO EM FASE INICIAL - CONCLUSO PARA SENTENÇA	42.774,69
0002152-16.2025.5.07.0037	JOÃO LOURENÇO DA SILVA ESCALANTE	TRABALHISTA	POSSÍVEL	PROCESSO EM FASE INICIAL - CONCLUSO PARA SENTENÇA	38.783,58
0002150-46.2025.5.07.0037	GIOVANNI BARROS DA SILVA	TRABALHISTA	POSSÍVEL	PROCESSO EM FASE INICIAL - CONCLUSO PARA SENTENÇA	41.998,24
					R\$ 1.664.264,17

15. Empréstimo de Acionista e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital: Valor Recebido a título de aporte de capital a ser utilizado no Projeto de Prevenção de Incêndio nas Dependências da Ceasa/Ce., conforme deliberado na Ata da 255ª Reunião do Conselho de Administração, datada de 07/08/2024. ¹

Em 02 de abril de 2025, mediante Assembléia Geral Extraordinária (Ata AGE nº 53/2025), foi deliberada e efetivada a integralização do aumento de capital social no valor de R\$341.093,34 (trezentos e quarenta e um mil noventa e três reais trinta e quatro centavos).

Em decorrência da integralização, a conta "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital" foi baixada integralmente em 2025, com a correspondente transferência para a conta "Capital Social Realizado", nos termos do art. 182 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.) e das normas societárias aplicáveis às sociedades de economia mista estadual.

15.1. (1) Descrição das despesas aplicadas utilizando os recursos do valor recebido conforme deliberado na Ata da 255ª Reunião do Conselho de Administração.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS ENCAMINHADOS A TÍTULO DE ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL			
Saldo e Exercício Anteriores	Aportes	Aplicações	Saldo a ser aplicado no exercício seguinte
2.024	341.093,34	30.111,00	310.982,34
2.025	-	189.521,14	121.461,20

Comentário: O saldo de R\$121.461,20 será aplicado em 2026, quando da realização da conclusão do objeto a qual se refere a aplicação dos recursos supracitados.

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 totaliza 4.075.623 ações, todas de classe única, nominativas. A composição acionária é distribuída da seguinte forma:

Acionista	ON	Total	%Particip
Estado do Ceará	4.070.166,34	4.070.166	99,87%
BNDES	5.443,00	5.443	0,13%
Demais Acionistas Minoritários	14,00	14	0,00%
Total	4.075.623,34	4.075.623	100,00%

(b) Reservas legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos dos incentivos fiscais, limitada a 20% do capital social integralizado e tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

(c) Saldo à Disposição da Assembleia

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de lucros a realizar é criada somente depois de considerados os requisitos previstos no art. 30º do estatuto social da Companhia.

(d) Dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

DESCRIÇÃO	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO APÓS DEDUÇÃO DO IR E CSLL	(2.362.099)	66.798
(-) AJUSTES EXERC. ANT.	-	-
(=) BASE P/ RESERVA LEGAL	(2.362.099)	66.798
(-) CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL	-	(3.340)
(=) LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	(2.362.099)	63.458
DIVIDENDOS A PAGAR 25% DO LLA	- -	15.865

17. Receita líquida

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços	29.508.237	27.938.856
Recuperação de Despesas	9.594.221	8.024.297
Deduções da receita		
(-) Cofins sobre receita	(1.364.252)	(1.469.869)
(-) Pis sobre receita	(295.757)	(318.678)
(-) Serviços Cancelados	-	-
	37.442.449	34.174.606

18. Custos dos serviços prestados

	31/12/2025	31/12/2024
Custo com pessoal	2.048.142	2.009.852
Serviços prestados	16.208.708	14.857.923
Custo com Materiais	106.366	203.862
Depreciações	153.200	154.242
	18.516.416	17.225.880

19. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	8.801.555	8.457.335
Serviços prestados	11.603.545	6.952.379
Custo com Materiais	248.253	347.213
Depreciações	524.538	516.374
PCLD	(68.364)	(176.496)
Provisão para Causas Cíveis e Trabalhistas	32.518	114.530
	21.142.044	16.211.336

Conforme pode verificar, houve um aumento significativo na rubrica de “Serviços Prestados”, onde o motivo ocorreu pelo fato da Companhia ter pago em janeiro/2025, valores relativos a custos com terceirização de competência dezembro/2024, ocasionado por motivos de encerramento de contratos e contratação emergencial, bem como, acréscimos de mão-de-obra, onerando os contratos vigentes. Além dessa rubrica, os custos com água, energia, transportes e remoção de resíduos sólidos tiveram aumentos significativos que contribuíram para o aumento nas despesas “serviços prestados”, o que aumentou os custos deste exercício e contribuiu para o resultado negativo.

Demonstrativos dos principais custos com serviços prestados:

Despesas com Serviços Aplicados	2025	2024	2025/2024	%
	25.990.626	20.324.081	5.666.545	27,88
água e esgoto	1.225.228	517.770	707.458	136,64
energia elétrica	5.386.262	4.103.904	1.282.358	31,25
mão-de-obra terceirizado	10.839.698	8.209.115	2.630.583	32,04
mão-de-bra terceirizado segurança	4.401.654	3.848.276	553.378	14,38
resíduos sólidos	4.137.784	3.645.016	492.768	13,52

20. Resultado financeiro

<u>Receitas financeiras</u>	31/12/2025	31/12/2024
Multas Contratuais	174.024	127.173
Rend. de aplicações financeiras	18.353	70.171
Outras receitas financeiras	3.499	2.478
	<u>195.876</u>	<u>199.822</u>
 <u>Despesa financeiras</u>		
Despesas Bancárias	93.550	80.837
Outras despesas financeiras	66.889	46.615
	<u>160.440</u>	<u>127.452</u>
	<u>35.436</u>	<u>72.370</u>

21. Impostos sobre a renda e contribuição social

<u>Impostos Correntes</u>	31/12/2025	31/12/2024
(-) Imposto de Renda	(58.233)	(129.803)
(-) Contribuição Social	(23.204)	(51.049)

CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO
DO CEARA SA
CEASA
CE:070290510001
95

Assinado de forma
digital por CENTRAIS
DE ABASTECIMENTO
DO CEARA SA CEASA
CE:07029051000195
Dados: 2026.03.11
13:05:31 -03'00'

**HEBERT DOS SANTOS
LIMA**
Diretor Presidente
CPF: 784.765.007-00

ROSANNE
BEZERRA
SILVA:7659743
1391

Assinado de forma
digital por ROSANNE
BEZERRA
SILVA:76597431391
Dados: 2026.03.10
14:46:47 -03'00'

ROSANNE BEZERRA SILVA
Administrativo/Financeiro
CPF: 765.974.313-91

DALVA UCHOA
LIMA DE
MEDEIROS:2313
5026353

Assinado de forma digital
por DALVA UCHOA LIMA
DE
MEDEIROS:23135026353
Dados: 2026.03.04
09:41:10 -03'00'

**Dalva Uchoa Lima de
Medeiros**
Contador(a)
CPF: 231.350.263-53
CRC/CE nº 024371/o-9